REATAMENTO DA CONTAGEM DOS PRAZOS PROCESSUAIS EM PROCESSO NÃO URGENTES

Lei n.º 16/2020, de 29 de maio

Em virtude da situação excepcional, causada pela situação de pandemia provocada pelo COVID-19, a Assembleia da República adotou um conjunto de medidas, excecionais e temporárias, de entre as quais se destaca o artigo 7.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março.

A mencionada norma estabelecia, na sua versão inicial, que se aplicaria aos prazos processuais o regime das férias judiciais, com produção de efeitos reportada a 12 de março.

Posteriormente, a Lei n.º 4-A/2020, de 6 de abril, veio alterar o referido artigo 7.º da Lei n.º 1-A/2020, determinando apenas a suspensão de prazos em processos não urgentes, bem como o prazo para apresentação do devedor à insolvência e ainda os atos a realizar em processo executivo. Mais se estabeleceu com esta alteração, que o disposto no artigo 7.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, produzia efeitos a 9 de março.

Foi publicada na passada sexta-feira a Lei n.º 16/2020, que procedeu à quarta alteração da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, tendo, entre o mais, procedido à revogação do estabelecido no artigo 7.º da mencionada Lei n.º 1-A/2020, **retomando-se assim a contagem de prazos processuais nos processos não urgentes.**

Importa esclarecer que esta alteração apenas **produz os seus efeitos no quinto dia seguinte ao da sua publicação, ou seja, 3 de junho de 2020, pelo que a contagem de prazos retomará nesse mesmo dia.**

No caso de citações recebidas após dia 8 de março e até dia 3 de junho, o primeiro dos 30 dias de prazo de contestação será também o dia 3 de junho, pelo que o prazo para contestar terminará a 2 de julho.

A Lei n.º 16/2020, hoje publicada, **mantém suspensos**:

- a) O prazo de apresentação do devedor à insolvência;
- b) Os atos a realizar em sede de processo executivo ou de insolvência relacionados com a concretização de diligências de entrega judicial da casa de morada de família;
- c) As ações de despejo, os procedimentos especiais de despejo e os processos para entrega de coisa imóvel arrendada, quando o arrendatário, por força da decisão judicial final a proferir, possa ser colocado em situação de fragilidade por falta de habitação própria ou por outra razão social imperiosa;
- d) Os prazos de prescrição e de caducidade relativos aos processos e procedimentos referidos nas alíneas anteriores;
- e) Os prazos de prescrição e de caducidade relativos aos processos cujas diligências (inquirições ou audiências de julgamento) não possam ser feitas.

É ainda possível ao executado ou ao insolvente requerer a suspensão dos atos a realizar em sede de processo executivo ou de insolvência referentes a vendas e entregas judiciais de imóveis que sejam suscetíveis de causar prejuízo à sua subsistência, desde que essa suspensão não cause prejuízo grave à subsistência do exequente ou um prejuízo irreparável.

A equipa de contencioso da TELLES está obviamente ao dispor para qualquer esclarecimento de dúvidas relacionadas com os temas abordados na presente nota.

TELLES

1 de junho de 2020